

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Diretoria de Controle Externo dos Municípios
3ª Coordenadoria de Fiscalização Municipal

Câmara Municipal:	Santo Hipólito	Exercício:	2010	População (Fonte: IBGE):	3.240
--------------------------	-----------------------	-------------------	------	---------------------------------	-------

DEMONSTRATIVO 1.1
Cálculo do Limite Estabelecido no Caput do art. 29-A CR/88
(Total das despesas do Poder Legislativo)

Base de Cálculo		Valor (R\$)	
Receita Tributária + Transferências (Exercício Anterior)		5.464.837,05	
Limite Constitucional (de acordo com a população)		%	Valor (R\$)
% Permitido pelos incisos I a IV, do Caput do art. 29-A CR/88 (de acordo com EC 25/2000)		7,00	382.538,59
Despesas		%	Valor (R\$)
(+) Total das Despesas do Poder Legislativo	317.670,50	5,81	317.670,50
(-) Total dos Gastos com Inativos	0,00		
Observações			
- Documentos às fls.			

DEMONSTRATIVO 1.2
Cálculo do Limite Estabelecido no § 1º do art. 29-A da CR/88
(Máximo de setenta por cento da receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores)

Base de Cálculo		Valor R\$	
Rec. da Câmara (Repasse + Outras Receitas)		316.101,96	
Limite Constitucional		%	Valor (R\$)
% Permitido pelo § 1º do art. 29-A / CR 88		70,00	221.271,37
(*) Dispêndio		%	Valor (R\$)
(+) Total dos Gastos com Pessoal		63,42	244.611,56
(-) Gastos com Inativos			0,00
(-) Encargos Sociais			0,00
(-) Contribuições Patronais			44.130,76
Total da Folha de Pagamento			200.480,80
- Documentos às fls.			
(*) Cálculo efetuado nos termos da Súmula n. 100 TCEMG (modificada no D.O.C. de 05/05/2011 - pág 10)			

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Diretoria de Controle Externo dos Municípios
3ª Coordenadoria de Fiscalização Municipal

Câmara Municipal:	Santo Hipólito	Exercício:	2010	População (Fonte: IBGE):	3.240
--------------------------	-----------------------	-------------------	------	---------------------------------	-------

DEMONSTRATIVO 1.3
Cálculo do Limite Estabelecido no inciso VII do art. 29 CR/88
(Total da despesa com remuneração dos Vereadores)

Base de Cálculo	Valores (R\$)	
(+) Receita Orçamentária Arrecadada do Município	7.457.678,24	5.897.222,33
(+) Contribuição ao FUNDEB (retido)	1.120.609,54	
(-) Receitas com Destinação Específica (Operações de Créditos, Alienações de bens moveis e imóveis, Convênios e Recursos recebidos do FUNDEB)	2.681.065,45	
Limite Constitucional	%	Valor (R\$)
% Permitido pelo inciso VII, do art. 29 CR/88	5,00	294.861,12
Dispêndio	%	Valor (R\$)
Total da Despesa com a Remuneração dos Vereadores	2,91	171.600,00
- Documentos às fls.		

DEMONSTRATIVO 1.4
Cálculo do Limite Estabelecido na alínea "a" do inciso III do art. 20 da
Lei Complementar nº 101/2000 c/c INTCEMG nº 05/2001
(6% da receita corrente líquida com as despesas de pessoal do Legislativo)

Base de Cálculo	Valor (R\$)	
Receita Corrente Líquida do Município	6.621.693,06	
Limite - LC n.º 101/2000	%	Valor (R\$)
% Permitido pela alínea "a" do inciso III do art. 20	6,00	397.301,58
Dispêndio	%	Valor (R\$)
Total da Despesa com Pessoal do Legislativo	3,69	244.611,56
- Documentos às fls.		



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Diretoria de Controle Externo dos Municípios

3ª Coordenadoria de Fiscalização Municipal

DEMONSTRATIVO DA ANÁLISE DOS SUBSÍDIOS REFERENTE AO EXERCÍCIO 2010 - VEREADORES

Câmara Municipal:	Santo Hipólito	População/IBGE:	3.240	Art. 29, VI, "a" a "f" da CR/88	20%
-------------------	----------------	-----------------	-------	---------------------------------	-----

DADOS BÁSICOS DO SUBSÍDIO: Vereadores

Atos Normativos	Res. / Lei	Nº/AAAA	Data do Ato (DD/MM/AA)	Atualização a partir de (MMM/AA)	Índice %	Valor (R\$)	Observações
Ato Fixador	Res.	20/2008	12/09/08	jan/09	-	1.500,00	
Ato Reajustador							
Ato Reajustador							
Ato Reajustador							
Ato Reajustador							
Ato Reajustador							

Mês Referência	Valor Pago R\$	Limite - Normas Municipais			Limites Constitucionais (CR/88, Art. 29, VI e Art. 37, XI)				Maior Diferença apurada entre o Subsídio Pago (A) e os Limites - (Normas Municipais (D) e Limites Const. (E - H))
	A	B	C	D	E	F	G	H	
	Subsídio do Vereador conf. Folha de Pagto	Nº da Resolução/Lei	Valor conforme Resolução / Lei (R\$)	Diferença Normas Municipais e Fl. Pagto (R\$) = (A - C)	Lim. por Ver. (Rem. Dep. Est. = R\$14448,08 x Ind. Pop. 20%) (*1)	Diferença Rem. Dep. Estadual e Fl. Pagto (R\$) = (A - E)	Subsídio do Prefeito (R\$)	Diferença Subsídio do Prefeito e Fl. Pagto. (R\$) = (A - G)	
Jan/10	1.500,00	20/2008	1.500,00	0,00	2.889,62	(1.389,62)	7.000,00	(5.500,00)	0,00
Fev/10	1.500,00	20/2008	1.500,00	0,00	2.889,62	(1.389,62)	7.000,00	(5.500,00)	0,00
Mar/10	1.500,00	20/2008	1.500,00	0,00	2.889,62	(1.389,62)	7.000,00	(5.500,00)	0,00
Abr/10	1.500,00	20/2008	1.500,00	0,00	2.889,62	(1.389,62)	7.000,00	(5.500,00)	0,00
Mai/10	1.500,00	20/2008	1.500,00	0,00	2.889,62	(1.389,62)	7.000,00	(5.500,00)	0,00
Jun/10	1.500,00	20/2008	1.500,00	0,00	2.889,62	(1.389,62)	7.000,00	(5.500,00)	0,00
Jul/10	1.500,00	20/2008	1.500,00	0,00	2.889,62	(1.389,62)	8.726,20	(7.226,20)	0,00
Ago/10	1.500,00	20/2008	1.500,00	0,00	2.889,62	(1.389,62)	7.287,70	(5.787,70)	0,00
Set/10	1.500,00	20/2008	1.500,00	0,00	2.889,62	(1.389,62)	7.287,70	(5.787,70)	0,00
Out/10	1.500,00	20/2008	1.500,00	0,00	2.889,62	(1.389,62)	7.287,70	(5.787,70)	0,00
Nov/10	1.500,00	20/2008	1.500,00	0,00	2.889,62	(1.389,62)	7.287,70	(5.787,70)	0,00
Dez/10	1.500,00	20/2008	1.500,00	0,00	2.889,62	(1.389,62)	7.287,70	(5.787,70)	0,00
13ºSal/10				0,00					
TOTAL	18.000,00			0,00		-		-	0,00

DADOS BÁSICOS DO SUBSÍDIO: Presidente da Câmara

Atos Normativos	Res. / Lei	Nº/AAAA	Data do Ato (DD/MM/AA)	Atualização a partir de (MMM/AA)	Índice %	Valor (R\$)	Observações
Ato Fixador	Res.	20/2008	12/09/08	jan/09	-	2.300,00	
Ato Reajustador							
Ato Reajustador							
Ato Reajustador							
Ato Reajustador							
Ato Reajustador							

Mês Referência	Valor Pago R\$	Limite - Normas Municipais			Limites Constitucionais (CR/88, Art. 29, VI e Art. 37, XI)				Maior Diferença apurada entre o Subsídio Pago (A) e os Limites - (Normas Municipais (D) e Limites Const. (E - H))
	A	B	C	D	E	F	G	H	
	Subsídio do Vereador conf. Folha de Pagto	Nº da Resolução/Lei	Valor conforme Resolução / Lei (R\$)	Diferença Normas Municipais e Fl. Pagto (R\$) = (A - C)	Lim. por Ver. (Rem. Dep. Est. = R\$14448,08 x Ind. Pop. 20%) (*1)	Diferença Rem. Dep. Estadual e Fl. Pagto (R\$) = (A - E)	Subsídio do Prefeito (R\$)	Diferença Subsídio do Prefeito e Fl. Pagto. (R\$) = (A - G)	
Jan/10	2.300,00	20/2008	2.300,00	0,00	2.889,62	(589,62)	7.000,00	(4.700,00)	0,00
Fev/10	2.300,00	20/2008	2.300,00	0,00	2.889,62	(589,62)	7.000,00	(4.700,00)	0,00
Mar/10	2.300,00	20/2008	2.300,00	0,00	2.889,62	(589,62)	7.000,00	(4.700,00)	0,00
Abr/10	2.300,00	20/2008	2.300,00	0,00	2.889,62	(589,62)	7.000,00	(4.700,00)	0,00
Mai/10	2.300,00	20/2008	2.300,00	0,00	2.889,62	(589,62)	7.000,00	(4.700,00)	0,00
Jun/10	2.300,00	20/2008	2.300,00	0,00	2.889,62	(589,62)	7.000,00	(4.700,00)	0,00
Jul/10	2.300,00	20/2008	2.300,00	0,00	2.889,62	(589,62)	8.726,20	(6.426,20)	0,00
Ago/10	2.300,00	20/2008	2.300,00	0,00	2.889,62	(589,62)	7.287,70	(4.987,70)	0,00
Set/10	2.300,00	20/2008	2.300,00	0,00	2.889,62	(589,62)	7.287,70	(4.987,70)	0,00
Out/10	2.300,00	20/2008	2.300,00	0,00	2.889,62	(589,62)	7.287,70	(4.987,70)	0,00
Nov/10	2.300,00	20/2008	2.300,00	0,00	2.889,62	(589,62)	7.287,70	(4.987,70)	0,00
Dez/10	2.300,00	20/2008	2.300,00	0,00	2.889,62	(589,62)	7.287,70	(4.987,70)	0,00
13ºSal/10				0,00					
TOTAL	27.600,00			0,00		-		-	0,00

(*1) A remuneração mensal do Dep. Estadual considerada para efeito da aferição do limite constitucional compõe-se do subsídio mensal no valor de R\$12.384,07, bem como a fração (1/12) de duas ajudas de custo (com valor unitário igual ao valor de um subsídio mensal), creditadas no início e fim de cada exercício, conforme Consulta n. 642.401, sessão do dia 19/06/2002, confirmado pela Consulta n. 732.004, sessão do dia 30/06/2010.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Diretoria de Controle Externo dos Municípios
3ª Coordenadoria de Fiscalização Municipal

CONTAS ANUAIS DO CHEFE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Análise Inicial

INFORMAÇÕES GERAIS

Processo nº	849.464
Natureza	Prestação de Contas
Exercício	2010
Município	Santo Hipólito
Órgão/Entidade	Câmara Municipal
Responsável pelas Contas	Jose Maurilio Ramos Trindade
Cargo ou função	Presidente da Câmara
Fase do processo	Exame Inicial

ANÁLISE

Considerando os dados encaminhados ao Tribunal por meio do Sistema Informatizado de Contas para Câmaras Municipais – SICAM, procedeu-se à análise das contas pertinentes ao exercício de 2010.

A análise compreendeu a verificação da observância aos limites constitucionais e legais dos gastos com pessoal (Item 1); a legalidade dos pagamentos pertinentes à remuneração dos vereadores (Item 2) e manifestação do Órgão de Controle Interno (Item 3).

O referido escopo pautou-se nos critérios de materialidade, relevância e risco, assim definidos pela Instrução Normativa nº 14/2011:

Art. 1º As contas anuais dos administradores e demais responsáveis por unidades jurisdicionadas das administrações direta e indireta estadual e municipal serão organizadas e apresentadas ao Tribunal de acordo com as disposições desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Instrução, considera-se:
(...)

XII – materialidade, a representatividade dos valores ou volume de recursos efetivamente geridos ou do dano causado ao erário;

XIV– risco, a possibilidade de prejuízo à eficiência, eficácia e efetividade dos órgãos e entidades jurisdicionados, bem como às políticas e projetos públicos, em razão da ausência, insuficiência ou ineficácia dos controles, ou indício de mau gerenciamento ou de má fé na gestão de recursos públicos;

Feitas estas considerações preliminares, passa-se ao exame das contas conforme se segue.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Diretoria de Controle Externo dos Municípios
3ª Coordenadoria de Fiscalização Municipal

1 - Gastos com Pessoal

1.1 - Foi obedecido o limite estabelecido no caput do art. 29-A da Constituição da República de 1988 para a despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos (percentuais relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior)?

Sim, fls. _____

Não

1.2 - Foi obedecido o limite estabelecido no § 1.º do art. 29-A da CR/88 (máximo de setenta por cento da receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores)?

Sim, fls. _____

Não

1.3 - Foi obedecido o limite estabelecido no inciso VII do art. 29 da CR/88 (montante de cinco por cento da receita do Município para o total da despesa com a remuneração dos Vereadores)?

Sim, fls. _____

Não

1.4 - Foi obedecido o limite estabelecido na alínea "a" do inciso III do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (6% da receita corrente líquida com despesa de pessoal)?

Sim, fls. _____

Não

2 - Remuneração dos Vereadores

2.1 - Constatam dos dados ou documentos enviados o Ato de Fixação do Subsídio dos Vereadores?

Sim

Não

Res. n. 20/2008 de 12/09/08 no valor de R\$ 1.500,00 , às fls. _____.

2.2 - O subsídio dos Vereadores foi fixado antes das eleições de 2008 (05/10/2008)?

Sim

Não

2.3 - Em caso negativo, o Ato fixador foi votado na legislatura anterior (2005/2008) para a subsequente (2009/2012), em conformidade com a primeira parte do inciso VI do art. 29 da Constituição da República/1988?

Sim

Não

O subsídio foi fixado antes das eleições.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Diretoria de Controle Externo dos Municípios
3ª Coordenadoria de Fiscalização Municipal

2.4 - O valor do subsídio recebido pelos Vereadores foi superior ao fixado no Ato Normativo próprio ou em outras Normas Municipais?

Sim

Não

Obs.: O Demonstrativo da Análise do Subsídio dos Vereadores encontra-se, às fls. ____.

2.5 - O valor do subsídio recebido pelos Vereadores atendeu o limite percentual do subsídio dos Deputados Estaduais, em consonância com o estabelecido na parte final do inciso VI do art. 29 da CR/88?

Sim

Não

2.6 - O valor do subsídio recebido pelos Vereadores obedeceu ao disposto no inciso XI do art. 37 da CR/88, limitando-se ao subsídio fixado para o Prefeito?

Sim

Não

2.7 - Foi efetuado pagamento de subsídio diferenciado ao Presidente da Câmara Municipal?

Sim

Não

Obs.: O Demonstrativo da Análise do Subsídio do Presidente encontra-se, às fls. _____.

2.8 - O pagamento do subsídio do Presidente Câmara foi autorizado/amparado em Ato Normativo próprio?

Sim

Não

Não houve pagamento diferenciado.

2.9 - O valor do subsídio recebido pelo Presidente da Câmara foi superior ao fixado no Ato Normativo próprio ou em outras Normas Municipais?

Sim

Não

Não houve pagamento diferenciado.

2.10 - O valor do subsídio recebido pelo Presidente da Câmara atendeu o limite percentual do subsídio dos Deputados Estaduais, em consonância com o estabelecido na parte final do inciso VI do art. 29 da CR/88?



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Diretoria de Controle Externo dos Municípios
3ª Coordenadoria de Fiscalização Municipal

Sim Não Não houve pagamento diferenciado.

2.11 - O valor do subsídio recebido pelo Presidente da Câmara obedeceu ao disposto no inciso XI do art. 37 da CR/88, limitando-se ao subsídio fixado para o Prefeito?

Sim Não Não houve pagamento diferenciado.

2.12 - Foi efetuado pagamento aos Vereadores em razão de convocação para participação em sessão legislativa extraordinária, em descumprimento ao disposto no § 7º do artigo 57 da CR/88?

Sim Não

2.13 - Foi efetuado pagamento de outras parcelas remuneratórias além do subsídio, à exceção do 13º salário e do terço de férias?

Sim Não

2.14 - Em caso afirmativo, o pagamento dessas parcelas estava previsto em Ato Normativo?

Sim Não Não houve pagamento

2.15 - O valor pago foi superior ao previsto em Ato Normativo?

Sim Não
 Houve pagamento sem Ato Normativo Não houve pagamento

2.16 - Houve pagamento com reajuste/revisão do subsídio no exercício?

Sim Não

2.17 - Em caso afirmativo, os critérios para o reajuste/revisão foram definidos em Ato Normativo?

Sim Não Não houve pagamento com



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Diretoria de Controle Externo dos Municípios
3ª Coordenadoria de Fiscalização Municipal

reajuste/revisão

2.18 - O pagamento foi efetuado de acordo com os critérios definidos em Ato Normativo?

Sim

Não

Houve reajuste/revisão sem Ato Normativo

Não houve pagamento com reajuste/revisão

3 - Manifestações do Órgão de Controle Interno

3.1 - Constam dos dados ou documentos enviados o Relatório/Parecer do Órgão de Controle Interno sobre as Contas Anuais?

Sim

Não

3.2 - Em caso afirmativo, o Relatório/Parecer do Órgão de Controle Interno é pela Regularidade das Contas?

Sim

Não

O Parecer não é conclusivo

Não foi enviado Rel./Parecer

4 - Outras informações



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Diretoria de Controle Externo dos Municípios 3ª Coordenadoria de Fiscalização Municipal

5 - Conclusão

Não foram constatadas irregularidades nos itens que compõem o escopo definido pelo Tribunal para a análise das contas anuais do Chefe do Poder Legislativo, uma vez que os limites previstos na Constituição da República e na Lei de Responsabilidade Fiscal, pertinentes aos gastos com pessoal e ao pagamento do subsídio dos vereadores foram observados.

6 - Proposta de Encaminhamento

Considerando que, após proceder à análise da prestação de contas do exercício de 2010 encaminhada por meio do SICAM, conforme as diretrizes definidas pelo Tribunal, não foram constatadas irregularidades imputáveis ao responsável, propõe-se que as contas anuais sejam julgadas regulares, nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 102/2008 (Lei Orgânica do TCEMG).

Analista: José Trindade Ruas

TC: 975-7

Assinatura:

Data: 19/09/2014

Em ___/___/2014, encaminho a informação técnica à elevada consideração do Exmo Sr. Relator.

Antônio da Costa Lima Filho - TC: 0779-7
Coordenador de Área